

# SIR JULIAN STAFFORD CORBETT, O CLAUSEWITZ DA ESTRATÉGIA MARÍTIMA\*

*“War is simply a continuation of political intercourse with the addition of other means.”*

(Clausewitz)

*“War in a fundamental sense is a continuation of policy by other means.”*

(Corbett)

NUNO SARDINHA MONTEIRO\*\*  
Capitão de Fragata da Marinha de Portugal

---

## SUMÁRIO

Introdução
Corbett e Mahan
Vida e pensamento de Corbett
Breve apontamento biográfico
Guerras ilimitadas e guerras limitadas
Estratégia marítima e estratégia naval
Interdependência entre as Marinhas e os Exércitos
Funções da esquadra
Proteção do comércio marítimo
Operações militares em terra
Equilíbrio na estrutura de forças
Aspectos menos acertados do pensamento de Corbett
Influência do pensamento de Corbett
Samuel Huntington
Thomas Barnett
Validade atual das ideias de Corbett
Conclusões
Agradecimento

## INTRODUÇÃO

Nos últimos anos do século passado, com a queda do Muro de Berlim e o fim da Guerra Fria, os documentos

estruturantes relativos à estratégia marítima atualizaram o papel das Marinhas numa nova ordem mundial, enfatizando a importância da projeção de força sobre terra, particularmente sobre o litoral. Esta evolução

---

\* Trabalho apresentado na Academia de Marinha de Portugal, em 6 de dezembro de 2011 no centenário da publicação. <sardinha.monteiro@marinha.pt>

Outra versão do presente artigo foi publicada na Revista da Armada nº 454 – julho de 2011, às págs. 11 a 13, sob o título: Sir Julian Stafford Corbett, a caneta por detrás da Royal Navy.

\*\* Comandante do Navio Escola de Sagres.

conceitual ficou bem expressa na doutrina estratégica naval dos Estados Unidos da América (EUA) da década de 1990, nomeadamente em dois documentos, precisamente designados “...From the sea” (1992) e “Forward... from the sea” (1994).

Recentemente, outra tendência tem-se acentuado, com um crescente envolvimento das Marinhas em *Maritime Security Operations*, ou Operações de Segurança Marítima, na expressão em português. Estas podem ser caracterizadas como operações musculadas de âmbito securitário, que implicam meios navais combatentes (com boa capacidade em termos de velocidade, sustentabilidade, armamento e Comando e Controle) e que visam à proteção do tráfego marítimo e também ao combate a ameaças como o terrorismo, a proliferação de armamento, a pirataria, o narcotráfico, o tráfico de pessoas, a imigração ilegal e outras atividades ilícitas. A importância deste tipo de operações foi evidenciada em dois documentos conceptuais recentes. Primeiro, na Estratégia Marítima Americana – *A Cooperative Strategy for 21st Century Seapower* (outubro de 2007) –, que inclui, pela primeira vez, a segurança marítima no elenco de capacidades, ao lado da presença naval, da dissuasão estratégica, do controle do mar, da projeção de força e da assistência humanitária/resposta a catástrofes. Segundo, na recente Estratégia Marítima da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) (março de 2011), que assume a necessidade de maior envolvimento das forças navais da Aliança em tarefas de imposição da lei no mar. Nesse sentido, esse documento incluiu no rol de funções marítimas da Otan a segurança marítima, juntamente com dissuasão

e defesa coletiva, a gestão de crises e a segurança cooperativa.

As duas grandes tendências na aplicação do poder marítimo acima identificadas, designadamente projeção de força sobre terra e condução de Operações de Segurança Marítima, mostram a atualidade do pensamento de um ilustre (embora relativamente pouco conhecido) historiador e estrategista marítimo: o britânico Julian Stafford Corbett. De fato, na sua obra capital, *Some Principles of Maritime Strategy*, publicada em novembro de 1911, Corbett defendia que a importância das Marinhas estava ligada à sua capacidade para influenciar os acontecimentos em terra e que a principal função do poder marítimo deveria ser a proteção do tráfego efetuado por mar.

Neste artigo, serão expostos os traços mais marcantes das concepções teóricas de Corbett e apresentados dois pensadores contemporâneos que, de alguma forma, herdaram algumas das suas ideias principais. No final do artigo, será debatida a validade atual do pensamento de Corbett.

## CORBETT E MAHAN

Quando se fala em Corbett é quase inevitável lembrar Alfred Thayer Mahan, dado o enorme impacto que a extensa obra do almirante americano teve. Tal como muitos outros estrategistas, também Corbett foi influenciado por Mahan, sobretudo por aspectos fulcrais do seu pensamento, como a forte ligação estabelecida entre o poder do Estado no mar<sup>1</sup> e a prosperidade das nações, que decorre da convicção de que esse poder é um facilitador do poder econômico e tem a capacidade de influenciar as pessoas e os eventos. Aliás, Corbett analisou a obra mais

1 Não havendo uma tradução consensual para *sea power*, neste artigo será adotada a expressão “poder do Estado no mar”, de forma a evitar confusões com “poder marítimo” (tradução de *maritime power*). Para naval power será empregada a tradução natural de “poder naval”.

marcante de Mahan, *The influence of Sea Power upon History, 1660-1783*, publicada em 1890, em termos muito favoráveis, elogiando a base filosófica que Mahan proporcionou à história naval, a capacidade demonstrada para retirar conclusões fundamentadas a partir de um grande número de fatos históricos e, ainda, o efeito produzido pela sua obra no pensamento e na ação política<sup>2</sup>.

Corbett contribuiu mesmo com um texto sobre a captura de propriedade privada no mar (“The Capture of Private Property at Sea”) para um livro de Mahan, intitulado *Some neglected aspects of war* (1907). Esse livro é composto por seis capítulos independentes: quatro da autoria de Mahan, um de Corbett e outro de Henry Smith Pritchett.

No entanto, Corbett, que tinha formação como historiador, não se limitou a acolher as ideias do almirante americano. Aprofundou-as e refinou-as, por meio de pesquisa histórica complementar e de ponderação de aspectos adicionais de outras teorias militares, nomeadamente de Carl von Clausewitz. Isso levou-o a distanciar-se do estrategista americano em alguns aspectos, o que faz com que seja frequentemente apontado como o primeiro grande crí-

tico de Mahan. Embora nunca tenha discorado publicamente de Mahan, Corbett chegou a considerar o seu trabalho “superficial e deficientemente ancorado na história”<sup>3</sup>. Não obstante, uma análise cuidada permite concluir que houve alguma complementaridade entre os seus trabalhos, com Corbett a expandir as ideias de Mahan, apresentando-as de uma forma mais estruturada e, sobretudo, mais relevante para a atualidade, tendo as suas teses resistido melhor ao teste do tempo que as do almirante americano.

Antes de abordar a vida de Corbett e de aprofundar um pouco o seu pensamento, gostaria de ressaltar que não pretendo, neste texto, efetuar uma comparação entre as suas teorias e as de Mahan. Até porque as teorias de Mahan e de Corbett se colocam em planos diferentes. As teorias de

**As teses de Corbett, visam ao uso do poder marítimo ao serviço da nação, seja em paz, seja em guerra. Enquadram-se, portanto, no domínio da estratégia marítima**

Mahan entram no domínio da geopolítica e da geoestratégia, refletindo sobre a utilização do poder do Estado no mar com vista ao domínio dos espaços marítimos e, conseqüentemente, do mundo. As teses de Corbett têm um objetivo menos ambicioso, visando ao uso do poder marítimo a serviço da nação, seja em paz, seja em guerra. Enquadram-se, portanto, no domínio da estratégia marítima.

2 Corbett escreveu, num artigo intitulado “The Revival of Naval History”, publicado na revista *Contemporary Review*, em novembro de 1917: “For the first time naval history was placed on a philosophical basis. From the mass of facts which had hitherto done duty for naval history, broad generalizations were possible. The ears of statesmen and publicists were opened, and a new note began to sound in world politics. Regarded as a political pamphlet in the higher sense for that is how the famous book is best characterized it has few equals in the sudden and far-reaching effect it produced on political thought and action”. (Alan Westcott (Edição), “Mahan on naval warfare – Selections from the writings of Rear-Admiral Alfred Thayer Mahan”, Boston, Little, Brown & Company, 1918, p. xv).

3 Comentário redigido a lápis por Corbett nos seus apontamentos pessoais (citado por Eric Grove na Introdução à obra *Some Principles of Maritime Strategy*), de Julian Stafford Corbett, Annapolis [Maryland], Naval Institute Press, 1988.

## VIDA E PENSAMENTO DE CORBETT

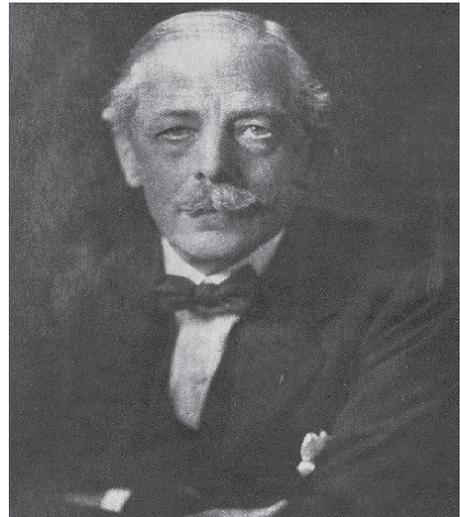
### *Breve apontamento biográfico*

Julian Stafford Corbett nasceu em 1854 e estudou Direito, tendo se tornado advogado em 1877. Devido à sua confortável situação financeira, não necessitava exercer a advocacia e dedicou-se desde muito novo à escrita, inicialmente de romances e, mais tarde, de livros históricos. Frequentava os círculos da Marinha britânica (Royal Navy), possuindo um conhecimento profundo da sua história e da sua realidade. As biografias de sua autoria (escreveu várias de Francis Drake) e seus livros históricos tiveram muito mais sucesso que seus romances e, na virada do século, Corbett tinha alcançado importante reputação como historiador naval, tendo decidido dedicar-se por inteiro a essa matéria. Isso fez com que fosse convidado para lecionar História Marítima no já extinto Royal War College. Corbett era um admirador confesso de Clausewitz e, sobretudo, da forma como ele relacionou as teorias da guerra com as grandes opções políticas e enquadrou o potencial militar no quadro do potencial estratégico dos Estados – apesar de não comungar das ideias do estrategista alemão relativas à centralidade da batalha para a guerra. A célebre máxima de Clausewitz de que a guerra é a continuação da política por outros meios constituía também um axioma para Corbett, conforme ilustrado nas citações que encabeçam este texto. O alinhamento entre o alemão e o britânico faz com que Corbett – que defendia que a “ação militar deve ser encarada apenas como uma manifestação da política”<sup>4</sup> – possa ser apelidado como “o Clausewitz da estratégia marítima”<sup>5</sup>.

Embora Corbett possua uma obra muito profusa, *Some Principles of Maritime Strategy* faz, de algum modo, a síntese das suas ideias estratégicas. Esse livro culminou um estudo detalhado da evolução da Royal Navy e da aplicação do poder marítimo e naval desde o tempo da rainha Isabel I até as guerras napoleônicas. Corbett utilizou exaustivamente exemplos históricos para sustentar e exemplificar as suas teorias, oferecendo uma visão descomprometida e muito realista do poder marítimo, sustentada em sólidas bases teóricas.

Em 1917, Corbett foi distinguido com o grau de *Sir*, vindo a falecer cinco anos depois, em 1922. Nos últimos anos da sua vida, trabalhou na *Official History of the Great War – Naval Operations*, tendo escrito os três primeiros volumes de um projeto que envolvia cinco números e que foi concluído por Henry Newbolt.

Apresentarei abaixo os aspectos que considero essenciais no pensamento de



Julian Stafford Corbett

4 Julian Stafford Corbett, *Some Principles of Maritime Strategy*, Annapolis (Maryland), Naval Institute Press, 1988, p. 27.

5 Segundo essa lógica, Mahan pode ser apelidado como “o Jomini da estratégia marítima”.

Corbett e que ilustram a sua atualidade e enorme relevância.

### ***Guerras ilimitadas e guerras limitadas***

Corbett aplicou os conceitos clausewitzianos de guerra ilimitada e de guerra limitada ao ambiente marítimo. De acordo com esses conceitos, a natureza das guerras depende do objeto em disputa, o qual estabelece os limites do envolvimento da nação. Nessa linha, Corbett defendia que para a guerra ser limitada era necessário preencher duas condições. Em primeiro lugar, o significado político da disputa tinha que ser limitado. Em segundo lugar, a área de operações tinha de ficar isolada do território da nação em causa<sup>6</sup>. Ora, para Corbett isso só era possível em guerras navais, já que em conflitos continentais só muito dificilmente haveria a separação territorial necessária à contenção da disputa, havendo sempre tendência para evoluir para guerras ilimitadas<sup>7</sup>.

Os argumentos de Corbett sobre a relativa contenção dos conflitos em que predominava a componente marítima tiveram uma ilustração prática na Guerra das Falklands/Malvinas (1982). Da parte dos britânicos, verificavam-se as duas condições enunciadas por Corbett, o que fez com que o conflito tivesse, para o Reino Unido, os contornos de uma guerra limitada.

6 Idem, ibidem, p. 55.

7 Idem, ibidem, p. 57.

8 Idem, ibidem, p. 15.

9 Idem, ibidem, p. 16.

### ***Estratégia marítima e estratégia naval***

Corbett entendia que a estratégia marítima diz respeito “aos princípios que governam uma guerra em que o mar é um fator fundamental”<sup>8</sup>, não se restringindo, portanto, às operações navais ou marítimas. Nesse entendimento, cabia à estratégia naval, como parte da estratégia marítima, determinar as operações da esquadra, coordenadas com as ações das forças terrestres.

Assim, refletindo no contexto britânico da sua época, que era o de um império marítimo global, Corbett considerava que a principal preocupação da estratégia marítima devia ser “determinar as relações mútuas entre o Exército e a Marinha num plano de guerra”<sup>9</sup>, coordenando as suas ações e indicando as linhas de ação de cada qual, para que possam atingir a máxima força. A concepção lata que Corbett tinha da estra-

**Corbett considerava que a principal preocupação da estratégia marítima devia ser “determinar as relações mútuas entre o Exército e a Marinha num plano de guerra”, coordenando as suas ações e indicando as linhas de ação de cada qual, para que possam atingir a máxima força**

tégia marítima, englobando a ação concertada do poder terrestre e naval, facilitou o seu enquadramento no âmbito do esforço total de guerra de um país, à semelhança do que Clausewitz fizera com a estratégia terrestre. Dito de outra forma, Corbett conseguiu, a partir deste entendimento sobre a estratégia marítima, relacioná-la melhor com a consecução dos objetivos nacionais.

## *Interdependência entre as Marinhas e os Exércitos*

A definição de Corbett para a estratégia marítima derivava, em parte, do reconhecimento de que o *sea power* era, normalmente, insuficiente para ganhar guerras só por si. Corbett escreveu em seu livro *England in the seven years war*, publicado em 1907, que “nos últimos anos o mundo tem ficado tão impressionado com a eficácia do *sea power* que começamos a esquecer quão impotente ele é, por si só, para decidir uma guerra contra grandes Estados continentais”<sup>10</sup>. Logo em seguida, Corbett dava dois exemplos:

– só 15 anos depois de derrotar a Armada Invencível na Batalha de Gravelines é que a Grã-Bretanha tinha assinado a paz com a Espanha<sup>11</sup> (e, mesmo assim, no *status quo ante bellum*)<sup>12</sup>; e

– só dez anos volvidos sobre Trafalgar é que a França tinha aceito a derrota<sup>13</sup>.

Isso não implicava, da parte de Corbett, a presunção de uma subordinação do poder naval e das Marinhas relativamente ao poder terrestre e aos Exércitos. O seu entendimento era o de que ambas as vertentes do poder nacional eram interdependentes e não deviam ser consideradas isoladamente. Isso

pressupunha a condução preferencial de operações militares conjuntas, em que as Marinhas e os Exércitos deviam trabalhar articuladamente para alcançar os objetivos estabelecidos. Todavia, isso deveria basear-se no reconhecimento claro de que os conceitos, os procedimentos e os requisitos de ambos os ramos são bastante diferentes em aspectos essenciais, embora não impeditivos de que se articulem numa verdadeira estratégia nacional, correspondente a uma espécie de união de opostos<sup>14</sup>.

## *Funções da esquadra*

No seu livro sobre a Guerra dos sete anos, logo no primeiro capítulo, intitulado “Function of the fleet”, Corbett elencou as funções da esquadra. Segundo ele, a função suprema é a de ganhar batalhas no mar, com o objetivo de contribuir para a defesa da nação e para as funções seguintes:

- apoiar ou obstruir o esforço diplomático;
- proteger ou destruir o comércio marítimo; e
- promover ou negar operações militares em terra.

Escalpelizando este quadro e transpondo-o para a linguagem dos nossos dias, po-

10 Julian Stafford Corbett, *England in the seven years war – Vol. I*, London, Longmans, Green & Co, 1907, p. 5.

11 A Guerra Anglo-Espanhola de 1585-1604 foi uma guerra nunca formalmente declarada entre a Inglaterra de Isabel I e a Espanha de Filipe II. Em 1588, os ingleses, comandados por Francis Drake, derrotaram a Armada Invencível na Batalha de Gravelines, no Canal da Mancha. Mesmo assim, o conflito prolongou-se intermitentemente até 1604, quando os dois países assinaram a paz, por meio do Tratado de Londres, com ganhos e perdas para ambos os lados.

12 Este exemplo dado por Corbett não parece ser muito feliz, pois a Batalha de Gravelines não teve o caráter decisivo que os ingleses normalmente lhe atribuem. De fato, essa batalha não afetou significativamente o poder naval hispânico, até porque o único navio afundado em combate foi um galeão português. Dessa forma, não é de estranhar que o conflito anglo-espanhol se tenha prolongado por mais uma década e meia.

13 Após Trafalgar (21 de outubro de 1805) ter dado aos britânicos o “domínio do mar” incontestado, o brilhantismo militar de Napoleão prolongou a guerra por mais dez anos, apenas cedendo após a derrota em Waterloo (18 de junho de 1815), que levou à assinatura do Tratado de Paris (20 de novembro de 1815).

14 Geoffrey Till, “Corbett and the 1990s” – Atas da conferência *Mahan is Not Enough: The Proceedings of a Conference on the Works of Sir Julian Corbett and Admiral Sir Herbert Richmond*, James Goldrick & John B. Hattendorf (eds), Newport, Naval War College Press, 1993, p. 220.

demos considerar que a função suprema identificada por Corbett (ganhar batalhas no mar) corresponde à defesa naval, ou seja, ao contributo para a defesa nacional.

A segunda função (apoiar ou obstruir o esforço diplomático) é aquilo que conhecemos como a diplomacia naval, que é, por tradição histórica, uma das mais relevantes funções desempenhadas pelos navios das Marinhas de todo o mundo.

Relativamente à terceira função (proteger ou destruir o comércio marítimo), importa referir que Corbett dividia as rotas de comércio em três: (1) as necessárias ao apoio à esquadra, (2) as destinadas ao apoio a um exército expedicionário e (3) as de comércio<sup>15</sup>. Ou seja, Corbett preocupava-se tanto com as rotas essenciais ao esforço de guerra (apoio à esquadra e a um exército expedicionário) como com o fluxo de tráfego comercial marítimo indispensável ao regular funcionamento das nações ribeirinhas. Com alguma flexibilidade de análise, podemos considerar que esta última componente evoluiu para aquilo que hoje designamos como Operações de Segurança Marítima, embora estas abarquem atualmente um espectro de tarefas muito mais amplo do que alguma vez terá estado no pensamento de Corbett. De fato, hoje em dia, as Marinhas empenham-se em tarefas com conteúdo policial, ligadas à manutenção da lei e da ordem nos espaços marítimos, o que inclui, por exemplo, a proteção dos recursos marinhos e a repressão de

**As funções que Corbett identificou correspondem, hoje em dia e fazendo as necessárias adaptações, à defesa naval, à diplomacia naval, à segurança marítima e à projeção de força**

ilícitos no mar (como o terrorismo, a proliferação de armamento, a pirataria, as trafi-câncias e a imigração ilegal).

Finalmente, a última função elencada por Corbett (promover ou negar operações militares em terra) corresponde, na atualidade, à projeção de força, que assenta, sobretudo, na capacidade de transporte estratégico e na condução de operações anfíbias, de que Corbett era um grande defensor. Ele considerava que o papel da Marinha deveria ser fazer tudo o que fosse necessário para o sucesso

de uma operação militar, pelo que dedicou a parte final da sua principal obra às operações anfíbias, que ele designava como apoio naval a operações militares.

Concluindo, as funções que Corbett identificou correspondem, hoje em dia e fazendo as necessárias adaptações, à defesa naval, à diplomacia naval, à se-

gurança marítima e à projeção de força. Trata-se de um leque bastante atual de funções, cuja abrangência mostra o entendimento amplo que Corbett tinha do emprego do poder marítimo e naval.

### *Proteção do comércio marítimo*

Conforme se explicou na seção anterior, uma das funções que, em 1907, Corbett identificou para a esquadra era a de proteger ou destruir o comércio marítimo. Posteriormente, em *Some principles of maritime strategy*, Corbett viria a eleger essa função como o objetivo principal da estratégia marítima. Esta visão de Corbett manifesta-

15 Eric Grove, "Introduction" (Introdução à obra *Some Principles of Maritime Strategy*, de Julian Stafford Corbett, Annapolis (Maryland), Naval Institute Press, 1988).

va-se na forma como entendia o conceito de *command of the sea*<sup>16</sup>, expressão que pode ser traduzida por “domínio do mar”. Para ele, o “domínio do mar” não era um objetivo absoluto, isto é, não era um objetivo em si próprio. Era um objetivo relativo, já que o essencial era o controle das linhas de comunicação marítimas: “domínio do mar apenas significa o controle das linhas de comunicação marítimas, quer para fins comerciais, quer para fins militares. O objetivo da guerra naval é o controle das comunicações e não a conquista de território, como na guerra terrestre”<sup>17</sup>. Até porque “não se pode conquistar o mar, porque ele não é suscetível de posse”<sup>18</sup>.

### *Operações militares em terra*

Como também se referiu anteriormente, Corbett valorizava bastante a capacidade de as Marinhas projetarem força sobre terra, pois considerava que o destino dos homens se decide em terra, uma vez que “é quase impossível uma guerra ser decidida apenas pela ação naval”<sup>19</sup>. Nessa linha, ele via a guerra naval como um instrumento para atingir os objetivos gerais da guerra, inevitavelmente decididos em terra: “Como os homens vivem em terra e não no mar, as grandes disputas entre nações sempre se resolveram ou por aquilo que o Exército conseguir fazer contra o território inimigo e o modo de vida da sua população, ou então pelo temor

do que a Marinha permita ao Exército fazer”<sup>20</sup>. Esta concepção tem sido designada como *power from the sea*<sup>21</sup> (poder a partir do mar), por oposição à concepção *mahanista* de *power at sea*<sup>22</sup> (poder no mar).

### *Equilíbrio na estrutura de forças*

Naturalmente, as ideias de Corbett tinham uma direta tradução na estrutura de forças por ele defendida e na constituição das esquadras. Conforme ele explica no capítulo “Theory of the means – The constitution of fleets” do seu livro capital, no início do século XX, as esquadras dividiam-se em<sup>23</sup>:

- couraçados (*battleships*), destinados ao combate naval e caracterizados por grande deslocamento e elevado poder de fogo;
- cruzadores (*cruisers*), com uma função de patrulhamento e escolta, caracterizados por maior velocidade e manobrabilidade; e
- flotilha (*flotilla*), agregando os navios destinados a atividades costeiras e outros navios auxiliares.

Nessa altura, assistiu-se à maior corrida ao armamento naval jamais vista, privilegiando-se a construção de navios de linha, nomeadamente couraçados, numa espécie de antecipação da Primeira Guerra Mundial. Corbett também os considerava essenciais, tendo sido um apoiante da construção do controverso Couraçado *Dreadnought*, fina-

16 O padre Fernando Oliveira chamou-lhe “senhorio do mar”. Hoje em dia, há autores que empregam a expressão “comando do mar” e outros que usam “domínio do mar”. Neste texto, será adotada a última expressão, “domínio do mar”.

17 Julian Stafford Corbett, *Some Principles of Maritime Strategy*, *ibidem*, p. 94.

18 *Idem*, *ibidem*, p. 93.

19 *Idem*, *ibidem*, p. 15.

20 *Idem*, *ibidem*, p. 16.

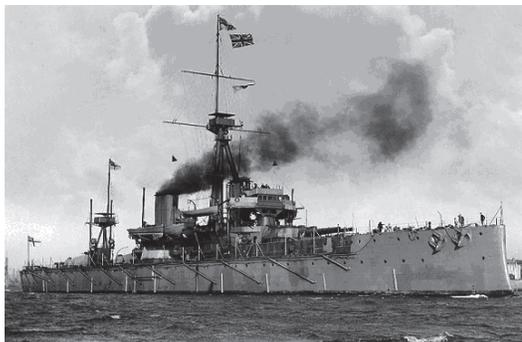
21 Geoffrey Till, *Seapower in the 21st Century*, s. ed., s. l, s. d., p. 9.

22 *Idem*, *ibidem*, p. 9.

23 Corbett estava ciente de que esta divisão era pouco rigorosa e de que os avanços técnicos na construção naval estavam atenuando as distinções entre os tipos de navios e dificultando a escolha do papel principal de cada unidade naval.

lizado em 1906<sup>24</sup>. Este navio possuía 18 mil toneladas de deslocamento e foi verdadeiramente revolucionário, impondo um novo paradigma na construção naval. A sua influência foi tal que deu azo a um novo tipo de navios, precisamente denominados como os *dreadnoughts*.

Fortemente armado, com cinco reparos duplos de 12 polegadas, o *Dreadnought* original foi o primeiro navio de linha propulsionado por turbinas a vapor, capazes de manter uma velocidade de 21 nós, que constituía recorde naquela época. Corbett escreveu, na época: “Será difícil encontrar na história outro caso em que a teoria pura da arte da guerra tenha sido tão correta e convincentemente traduzida em material”<sup>25</sup>. Todavia, isso não o impediu de preconizar que a esquadra não se deveria



Couraçado *Dreadnought*

restringir aos couraçados. Ele entendia que as Marinhas necessitavam desempenhar uma abrangência de tarefas que exigiam outro tipo de unidades navais, nomeadamente destinadas a tarefas de patrulha, de vigilância, de regulação e de presença, o que implicava um equilíbrio entre couraçados e cruzadores<sup>26</sup>.

Para ele, os couraçados tinham como função principal conquistar o controle do mar, enquanto os cruzadores eram o instrumento concreto do exercício desse controle<sup>27</sup>.

### *Aspectos menos acertados do pensamento de Corbett*

Antes de avaliar o impacto de Corbett nos pensadores que se lhe seguiram, gostaria de referir o menor acerto que revelou em dois aspectos da estratégia operacional: a importância do submarino para a guerra naval e a importância do sistema de comboios na proteção da navegação mercante. Em 1911, na sua obra principal, Corbett considerava o submarino uma arma de valor não comprovado<sup>28</sup>, o que não deixava de ser absolutamente verdadeiro, na época. Todavia, isso levou-o a desconsiderar o submarino e a levantar “sérias objeções estratégicas ao sistema de comboios”<sup>29</sup>, que viriam a ter um impacto negativo na preparação do Reino Unido para a Primeira Guerra Mundi-

24 Na época, discutia-se a opção entre, por um lado, couraçados de grande tonelagem e armados com peças de maior calibre, mas com baixas cadências de tiro, e, por outro lado, cruzadores de tonelagem inferior e com peças de menor calibre, mas com superior cadência de tiro. A construção do *Dreadnought* esteve, assim, envolta em polémica, não só pela opção que representava, mas também pelos custos envolvidos.

25 Jon Tetsuro Sumida, *The historian as a contemporary analyst – Sir Julian Corbett and Admiral Sir John Fisher – Actas da conferência Mahan is Not Enough: The Proceedings of a Conference on the Works of Sir Julian Corbett and Admiral Sir Herbert Richmond*, James Goldrick & John B. Hattendorf (eds), Newport, Naval War College Press, 1993, p. 128.

26 Escola de Guerra Naval, EGN-304B – Guia para Estudos de Estratégia, s. l., Marinha do Brasil, 2007, p. 4-27.

27 Julian Stafford Corbett, *Some Principles of Maritime Strategy*, ibidem, p. 115.

28 Idem, ibidem, p. 231.

29 Idem, ibidem, p. 266.

al, com consequências trágicas, sobretudo na primeira fase do conflito.

Em abono de Corbett, importa acrescentar que não era fácil conseguir prever, em toda a sua extensão, o impacto dos submarinos nas operações navais. Até porque o submarino veio quebrar algumas regras universalmente aceitas da guerra no mar daquela época, que ditavam que não se interferisse com a navegação mercante de bandeira neutra e que impediam o afundamento da navegação comercial inimiga, permitindo apenas o seu apresamento. O ataque irrestrito a toda a navegação mercante e o recurso a ardis ou esquemas traiçoeiros para enganar os inimigos por parte dos *unterseeboots* alemães, conhecidos como *U-Boats*, modificou completamente o quadro de regras sobre o qual Corbett havia refletido.

Além disso, Corbett era um historiador e estudava o passado de forma a retirar ilações para o presente e para o futuro. E a realidade é que nada no passado podia ajudar a prever o impacto que os submarinos viriam a ter na guerra naval.

## INFLUÊNCIA DO PENSAMENTO DE CORBETT

Na altura da sua edição, *Some Principles of Maritime Strategy* teve uma recepção globalmente favorável, embora longe da unanimidade. Um dos aspectos elogiados nessa obra foi o fato de analisar a história marítima sem dogmas, para dela extrair conclusões para a estratégia marítima. No entanto, também houve críticas, algumas das quais contundentes. Apontou-se, nomeadamente:

– o fato de Corbett tomar como ponto de partida teorias sobre a guerra terrestre – inadequadas, na opinião dos críticos, ao entendimento do poder marítimo;

– a falta de experiência de mar de Corbett, que alguns comentadores entendiam ser essencial à compreensão das matérias versadas.

De qualquer maneira, as suas teorias geraram bastante controvérsia, dividindo de forma marcada as opiniões dos leitores e dos analistas. Contudo, Corbett tinha uma relação muito próxima com o Almirante Sir John Fisher, *first sea lord* entre 1904 e 1910 e, posteriormente, entre 1914 e 1915. Ambos evidenciaram sempre uma grande comunhão de ideias, com Corbett a funcionar como uma espécie de “estado-maior de Fisher”, justificando conceitualmente as reformas que ele estava implementando na Royal Navy, como aconteceu no já referido caso da construção do controverso Couraçado *Dreadnought*, ordenada pelo Almirante Fisher pouco depois de ser empossado como *first sea lord*. Isso levou Liam Cleaver<sup>30</sup> a apelidar Corbett como “*the pen behind the fleet*”, ou seja, “a caneta por detrás da esquadra”, num artigo publicado em 1995 na revista *Comparative strategy*<sup>31</sup>. No entanto, excetuando no seu país natal (onde teve influência significativa no contexto da preparação para a Primeira Guerra Mundial e mesmo da Segunda Guerra Mundial), Corbett não teve – até à sua morte, em 1922, e mesmo depois dela – uma influência teórica minimamente comparável à de Mahan, que é inevitavelmente a principal referência a ter-se em conta quando se fala de estratégia marítima.

30 Em 1995, Liam Cleaver era analista na organização não governamental norte-americana Senior Executives Association. Atualmente, é diretor da IBM para Open and Collaborative Innovation.

31 Liam J. Cleaver, “The pen behind the fleet: the influence of Sir Julian Stafford Corbett on British Naval Development, 1898-1918”, *Comparative Strategy – An International Journal*, Vol. 14, Issue 1, January 1995, p. 45-57.

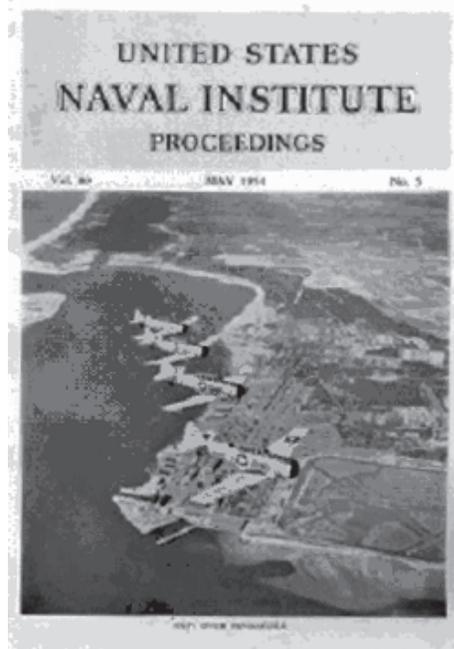
Apesar disso, Corbett teve vários defensores e seguidores, sobretudo no Reino Unido. Entre eles avulta muito claramente seu aluno e, posteriormente, seu colega Almirante Sir Herbert Richmond (1871-1946), que comungava das principais teses corbettianas. Isso é evidente na principal obra de Richmond, *Sea Power in the Modern World*, datada de 1934. Podem, ainda, acrescentar-se o Major-General Sir Charles Callwell (1859-1928), que defendia que o poder marítimo e o poder terrestre deveriam apoiar-se mutuamente<sup>32</sup>, e Sir Liddell Hart (1895-1970), que advogava a integração do contributo da Marinha com os dos outros ramos das Forças Armadas, visando atingir os objetivos estratégicos nacionais<sup>33</sup>, além de estrategistas contemporâneos como Eric Grove, Geoffrey Till e Colin Gray.

Já fora do Reino Unido, Corbett é relativamente pouco conhecido, e mesmo quando suas ideias voltam à ribalta, seu nome é frequentemente ignorado. Isso é particularmente nítido nos EUA, onde o seu pensamento é completamente submerso por uma quase ditadura mahanista, em que as ideias do almirante americano dominam de forma praticamente monopolista os debates sobre estratégias marítimas e navais. Uns defendem Mahan, outros criticam-no, mas pouquíssimos avançam as ideias de Corbett como uma alternativa de pensamento estratégico. Dito isso, gostaria de abordar dois pensadores norte-americanos que, de alguma forma, incorporaram as ideias de Corbett ou defenderam conceitos próximos dos seus: Samuel Huntington, que, em meados do século passado, publicou um artigo na revista *Proceedings* em que desafiava a US Navy a atualizar a sua estratégia marítima, e Thomas Barnett, o especialista em relações

internacionais e estratégia marítima que idealizou e concebeu o Pentagon's New Map.

### *Samuel Huntington*

Samuel Huntington (1927-2008) foi um dos mais proeminentes cientistas políticos da atualidade, mundialmente célebre pela sua teoria do choque de civilizações – teoria segundo a qual os conflitos não oporiam mais os Estados e/ou as nações, mas nasceriam das diferenças culturais e religiosas entre os povos. Essa teoria foi formulada pela primeira vez num ensaio publicado em 1993 na revista *Foreign Affairs*, tendo sido desenvolvida três anos depois num livro que viria a ser traduzido em 39 línguas. Em meados do século passado, Samuel



Capa da revista *Proceedings* que publicou o ensaio “National Policy and the Transoceanic Navy”

32 Geoffrey Till, *Seapower: A Guide for the Twenty-First century*, London, Frank Cass Publishers, 2004, p. 54.

33 Idem, *ibidem*, p. 55.

Huntington, na altura um jovem acadêmico de Harvard com apenas 27 anos, publicou um brilhante ensaio na revista *Proceedings* intitulado “National Policy and the Transoceanic Navy”, em que descrevia como a US Navy deveria atualizar a sua estratégia, de maneira a alinhá-la com os objetivos da política norte-americana da altura.

Segundo ele, os recursos que um departamento público consegue obter são função do apoio que recolhe junto da população, pelo que a US Navy deveria desenvolver uma nova doutrina naval em que evidenciasse o seu contributo para a consecução dos objetivos nacionais.

Huntington recordava a história do seu país, nomeadamente aquela que designou como a fase oceânica da política americana e, consequentemente, da US Navy, situando-a no período compreendido entre 1890 (coincidência ou não, o ano da edição da obra capital de Mahan, *The influence of Sea Power upon History, 1660-1783*) e o final da Segunda Guerra Mundial. Nessa fase, os EUA haviam adotado uma política expansionista global, embora com um enfoque no Pacífico, e tinham-se envolvido na manutenção do equilíbrio de forças na Europa e na Ásia. A Marinha tinha passado a ser olhada como o símbolo do novo papel da América nos assuntos mundiais e tinha conseguido manter a sua doutrina estratégica perfeitamente alinhada com os objetivos da nação, muito graças aos trabalhos de Mahan. Huntington reconhece-o, afirmando que “a revolução no pensamento naval e o desenvolvimento de

um novo conceito estratégico para a Marinha atingiram o seu clímax, obviamente, no trabalho de Alfred Thayer Mahan”<sup>34</sup>.

No entanto, Huntington defendia que, após o fim da Segunda Guerra Mundial, os EUA tinham entrado numa nova era, em que os conceitos de Mahan eram inaplicáveis. Ele considerava ultrapassado o princípio mahanista de que o propósito de uma Marinha seria obter o “domínio do mar” por meio da concentração de forças numa batalha decisiva, na qual a vitória sorriria a quem tivesse os maiores navios, com as maiores armas e a mais espessa couraça. Embora afirmando que

**Huntington defendia que, após o fim da Segunda Guerra Mundial, os EUA tinham entrado numa nova era, em que os conceitos de Mahan eram inaplicáveis**

a negação da validade permanente das teorias de Mahan não era uma negação do brilho do seu pensamento, Huntington não deixava de concluir pela inaplicabilidade das suas teorias, uma vez que a localização das ações decisivas tinha mudado do mar para terra e, em concreto, para

as áreas costeiras ou litorais. Ele denominava esta nova fase como a da Marinha transoceânica, em que a US Navy deveria deixar de se focalizar no “domínio do mar” como um objetivo de *per se*, mas usá-lo para obter supremacia em terra, projetando poder sobre o litoral. Isto porque um eventual confronto com a União Soviética teria, quase certamente, lugar em terra, pelo que a Marinha tinha que acentuar o papel que poderia desempenhar nesse conflito, o qual passaria, sobretudo, pelo emprego da aviação naval para efetuar ataques contra alvos em terra, pela projeção do poder anfíbio sobre terra e pelo apoio de fogos, conduzindo tiro contra costa.

34 Samuel P. Huntington, *National Policy and the Transoceanic Navy*, United States Naval Institute Proceedings, Vol. 80, May 1954, nº 5, p. 483-494.



Pentagon's New Map, de Thomas Barnett

Sem nunca citar o nome de Corbett, Samuel Huntington estava, na prática, reciclando e atualizando as ideias que o britânico defendera meio século antes, ou seja, de que os conflitos se resolvem em terra e que as Marinhas devem focalizar na projeção de força sobre terra como forma de melhor alcançarem os objetivos nacionais.

### **Thomas Barnett**

O norte-americano Thomas Barnett, especialista em relações internacionais e estratégia marítima, foi o autor do Pentagon's New Map, que divide o mundo em duas partes: o *functioning core*, que se pode traduzir como "núcleo empreendedor", e o *non-integrating gap*, ou seja, "espaço da exclusão".

O núcleo empreendedor consiste nos países desenvolvidos ou em vias de desenvolvimento que estão integrados na economia globalizada e que seguem as regras do jogo econômico mundial. O resto do mundo é o "espaço da exclusão", funcionando à margem da economia globalizada e de uma forma praticamente alheia às regras do jogo econômico global. Nele, podem-se localizar praticamente todas as guerras, guerras civis, genocídios, limpezas étnicas, massacres,

atos de terrorismo, produção de narcóticos e, naturalmente, missões de manutenção de paz da ONU. Também é daí que provém a maior parte dos terroristas.

Barnett advoga que os países do "núcleo empreendedor" devem ajudar a fortalecer as instituições dos países que estão na fronteira do "espaço da exclusão", estabelecendo parcerias e assumindo uma presença construtiva. Essa será a melhor maneira de trazer esses países para a economia globalizada, fazendo encolher o "espaço da exclusão". Ou seja, advoga que os países do "núcleo empreendedor" devem exportar governabilidade, organização e segurança para os países do "espaço da exclusão", para que estes exportem o seu sofrimento e as suas misérias para o "núcleo empreendedor" não sob a forma de terrorismo e de outras perturbações da ordem internacional.

Segundo o próprio Barnett, no seu livro *The Pentagon's New Map – War and Peace in the Twenty-first century*, as linhas de fronteira entre o "núcleo empreendedor" e o "espaço da exclusão" poderão ser traçadas em função das diferenças de competência ou das diferenças de cultura, sendo que ele não se inclina preferencialmente para nenhuma dessas opções em detrimento da outra, an-

tes apresentando as duas como possibilidades em aberto para o futuro<sup>35</sup>.

A divisão em função da competência remete para Thomas Friedman e a sua separação entre o “mundo Lexus” (que agrega aqueles que têm capacidade para fabricar bens de alta tecnologia, como os automóveis Lexus) e o “mundo da oliveira” (que agrega aqueles que preferem manter-se num mundo mais simples e essencialmente rural).

A divisão em função da cultura remete para as linhas de ruptura entre diferentes civilizações<sup>36</sup>, cujo choque Samuel Huntington antecipou. Isso evidencia as significativas afinidades entre Huntington e Barnett, seu aluno e confesso admirador, embora eles divirjam na prospectiva futura: Huntington considera que as diferenças entre as principais civilizações (ocidentais de um lado e não ocidentais do outro) vão se acentuar, levando ao inevitável “choque de civilizações”, enquanto Barnett considera que é possível encolher o “espaço da exclusão”, cativando os seus países para as vantagens da globalização.

Nesse quadro, Barnett identifica dois papéis principais para o poder naval: *Leviatã*<sup>37</sup> (no qual inclui duas funções: guerra contra uma potência global e guerra contra *rogue states* regionais) e Administrador do Sistema (no qual inclui duas outras funções: luta con-

tra extremismos e segurança marítima). O papel de *Leviatã* visa a grandes operações de combate, em que imperam o poder de fogo, a velocidade, a letalidade e a precisão. O papel de Administrador do Sistema inclui, no quadro das duas funções acima referidas, tarefas como imposição da paz, manutenção da paz, assistência humanitária em catástrofes, atividades de policiamento, atividades de formação e de treino etc.

Perante o cenário geoestratégico atual, Barnett defende uma US Navy cada vez mais vocacionada para o papel de Administrador do Sistema, em detrimento do papel de *Leviatã*. Dito de outra forma, uma US Navy preparada para *small-wars* e não para uma *big-war*. Ele traduz

### Corbett enfatizou a interdependência da guerra naval e da guerra terrestre

essa ideia numa frase que proferiu no Congresso dos EUA em 26 de março de 2009: “As nossas forças necessitam de menos navios de grandes dimensões com menores guarnições e de muito mais navios pequenos com muito maiores guarnições”<sup>38</sup>.

A importância que Barnett dá à globalização e a consequente defesa do papel da Marinha na preservação do sistema econômico mundial, bem como a forma de o conseguir, mostram uma forte influência de Corbett, que, como vimos, atribuía importância primordial à proteção do tráfego marítimo.

35 Thomas P. M. Barnett, *The Pentagon's New Map – War and Peace in the Twenty-first century*, New York, G. P. Putnam's Sons, 2004, p. 51.

36 James F. Miskel, *Grand Strategies for Dealing with Other States in the New, New World Order*, Naval War College Review, Winter 2005, Vol. 58. Nº 1, p. 67.

37 *Leviatã* – monstro aquático referido na Bíblia que fez parte do imaginário fantástico dos navegantes europeus nas idades Média e Moderna. É o título do livro mais famoso do filósofo britânico Thomas Hobbes. Foi publicado em 1651 e nele o autor defende que a natureza egoísta dos homens os leva a uma tendência para guerrear entre si. Segundo Hobbes, a manutenção da paz implica um contrato social que leve os homens a abdicarem da guerra e pressupõe a existência de um soberano – o *Leviatã* – que puna os que não obedecerem a esse contrato social.

38 Thomas Barnett, “Statement to Seapower and Expeditionary Forces Subcommittee, House Armed Services Committee”, United States Congress, 26 March 2009.

## VALIDADE ATUAL DAS IDEIAS DE CORBETT

As ideias de Corbett não são, nem nunca poderiam ser, diretamente transponíveis para os dias de hoje. Até porque, no seu tempo, as maiores potências tinham muito mais tendência para utilizar a força umas contra as outras do que na atualidade. Isso fez com que as teses de Corbett e dos outros pensadores seus contemporâneos fossem essencialmente vocacionadas para o domínio, enquanto hoje em dia o pensamento estratégico está muito virado para a cooperação – embora nenhum Estado possa negligenciar a competição, nomeadamente no quadro das ameaças militares convencionais. Relembrando as teses de Barnett, pode-se dizer que a cooperação serve, essencialmente, o papel de Administrador do Sistema, enquanto a competição se enquadra, sobretudo, no âmbito das funções de Leviatã.

De qualquer maneira, a honestidade intelectual com que Corbett encarou o poder marítimo, enaltecendo as suas potencialidades, mas reconhecendo as suas limitações, permitiu-lhe enquadrá-lo devidamente no âmbito das estratégias nacionais, sem subordinações ou preponderâncias relativamente às outras componentes do poder nacional. De fato, Corbett enfatizou a interdependência da guerra naval

e da guerra terrestre, defendendo que o poder naval, por si só, dificilmente podia derrotar um inimigo, constituindo, ao invés, um dos instrumentos estratégicos disponíveis para alcançar os objetivos nacionais.

Isso não impediu Corbett de possuir um entendimento assaz abrangente e polivalente da utilização do poder marítimo e naval, traduzido no elenco de funções da esquadra, por ele identificado. Relativamente

**O papel fundamental das Marinhas na proteção do tráfego marítimo não se alterou com a globalização; o que mudou foi a dimensão global do desafio, que faz com que nenhum país seja capaz de garantir, por si só, a segurança nos mares de todo o mundo, obrigando à implementação de estratégias cooperativas**

às principais funções desempenhadas pelas Marinhas na atualidade, Corbett apenas deixou de fora a resposta a catástrofes e a assistência humanitária, embora também se possa referir que o entendimento dele para a proteção do tráfego marítimo não abarcava o desempenho de funções com conteúdo policial, ligadas à manutenção da lei e da ordem nos espaços marítimos, como acontece hoje em dia.

A tese corbettiana de que o “domínio do mar”

se traduzia no controle das linhas de comunicação marítimas também está perfeitamente adequada à realidade do mundo de hoje. De fato, é fundamental que as Marinhas assegurem a proteção do transporte marítimo, que suporta a economia globalizada dos nossos dias, uma vez que cerca de 90% do comércio<sup>39</sup> e cerca de 2/3 do petróleo mundiais<sup>40</sup> circulam por via marítima. A grande diferença entre o controle das linhas de comunicação marítimas, tal como teorizado por Corbett e tal como re-

39 *US Marine Corps, US Navy & US Coast Guard*, ibidem, p. 3.

40 Lexington Institute, *Maritime Security*, Arlington, Virginia (United States of America), January 2008, p. 6.

querido na atualidade, reside no âmbito do exercício desse controle. Quando Corbett escreveu, cada país tinha que se preocupar apenas com a manutenção da lei e da ordem junto à sua costa e ao longo das rotas sulcadas pelos navios arvorando o respectivo pavilhão. Hoje em dia, a globalização implica que o controle do mar tenha que ser executado de uma forma muito mais global, pois a manutenção do modo de vida nos países ocidentais assenta, em grande medida, na manutenção do regular fluxo de tráfego marítimo. Assim, o papel fundamental das Marinhas na proteção do tráfego marítimo não se alterou com a globalização; o que mudou foi a dimensão global do desafio, que faz com que nenhum país seja capaz de garantir, por si só, a segurança nos mares de todo o mundo, obrigando à implementação de estratégias cooperativas.

Finalmente, a abertura de pensamento de Corbett levou-o a reconhecer que os conflitos se resolvem, na sua maioria, em terra. Daqui resultou a grande importância que Corbett deu à projeção de poder sobre terra e às operações anfíbias, aspectos que se encontram bastante alinhados com as tendências de empunhamento das Marinhas na atualidade.

## CONCLUSÕES

Neste artigo, apresentaram-se os traços marcantes das ideias do estrategista britânico Julian Stafford Corbett. Ele aproveitou o extraordinário legado de Mahan, nomeadamente a colocação do poder do Estado no mar no centro da defesa dos interesses das nações ribeirinhas, mas afastou-se prudentemente das ideias mahanistas que sustentavam que as Marinhas existem para combater outras Marinhas e que o “domínio do mar” se obtinha derrotando a esquadra inimiga numa “batalha deci-

siva”. Corbett também considera que a primeira função da esquadra é ganhar batalhas no mar, mas entende que mais importante que o “domínio do mar” na perspectiva mahanista é o domínio das vias de comunicação. São duas perspectivas que, não se opondo uma à outra, revelam diferentes prioridades.

O estrategista britânico conseguiu também enquadrar de forma abrangente as atividades marítimas no âmbito da teoria da guerra e da estratégia gerais, integrando-as, assim, numa moldura de atividades mais lata e, portanto, de maior relevância para a nação.

Isso fez com que as suas teorias fossem ganhando importância com o passar dos tempos, tendo sido apresentados, neste artigo, dois autores que podem ser rotulados como herdeiros de Corbett: Samuel Huntington e Thomas Barnett. Interessantemente, embora ambos devam muito ao pensamento estratégico de Corbett, nenhum deles o cita ou refere nas principais obras aqui mencionadas: *National Policy and the Transoceanic Navy*, de Samuel Huntington, e *The Pentagon's New Map – War and Peace in the Twenty-first century*, de Thomas Barnett. Isso prova alguma semiclandestinidadade em que o pensamento de Corbett tem subsistido ao longo dos anos.

Para finalizar, importa acentuar que o maior valor dos escritos de Corbett não reside naquilo que ele escreveu – e que naturalmente está, em alguns aspectos, desatualizado – mas sim na moderação e na ponderação que habitam tudo o que escreveu. Corbett conseguiu ver os dois lados das questões, fugindo das verdades absolutas e das simplificações grosseiras – evitou, assim, ser um *terrible simplifier*, na feliz expressão de Geoffrey Till<sup>41</sup>. Dessa forma, as suas ideias são uma ferramenta para

41 Geoffrey Till, “Corbett and the 1990s” – Actas da conferência “Mahan is Not Enough: The Proceedings of a Conference on the Works of Sir Julian Corbett and Admiral Sir Herbert Richmond”, James Goldrick & John B. Hattendorf (eds), Newport, Naval War College Press, 1993, p. 226.

o pensamento, não são substitutos para esse mesmo pensamento. Conforme ele próprio escreveu, “o estudo teórico da estratégia deve ser visto não como um substituto para a capacidade de análise e para a experiência, mas como um meio de fertilizar ambos”<sup>42</sup>. Sua honestidade intelectual, bem como a profundidade das suas investigações e teorias, permitem extrapolar que os trabalhos

de Julian Stafford Corbett vão certamente continuar a ser relevantes para a definição de qualquer estratégia marítima no futuro.

### **AGRADECIMENTO**

Agradeço ao Comandante Jorge Semedo de Matos os seus comentários a uma versão preliminar desta comunicação.

### CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<ARTES MILITARES>; Estratégia marítima; Pensamento militar; Guerra marítima; Poder militar; Poder marítimo; Mahan, Alfred; Huntington, Samuel; Barnett, Thomas; Corbett, Julian;

---

42 Julian Stafford Corbett, *Some Principles of Maritime Strategy*, ibidem, p. 10.

## REFERÊNCIAS

- BARNETT, Thomas P. M., *The Pentagon's New Map – War and Peace in the Twenty-first century*, New York, G. P. Putnam's Sons, 2004.
- BARNETT, Thomas P. M., *Blueprint for Action – A future worth creating*, New York, G. P. Putnam's Sons, 2005.
- CORBETT, Julian Stafford, *Green Pamphlet – Strategical Terms and Definitions Used in Lectures on Naval History*, s. l., s. ed., 1906.
- CORBETT, Julian Stafford, *England in the seven years war – Vol. I & II*, London, Longmans, Green & Co, 1907.
- CORBETT, Julian Stafford, *Some Principles of Maritime Strategy*, Annapolis (Maryland), Naval Institute Press, 1988.
- COUTAU-BÉGARIE, Hervé, *Traité de Stratégie*, 2e Ed., Paris, Economica, 1999.
- ESCOLA DE GUERRA NAVAL, EGN-304B – Guia para Estudos de Estratégia, s. l., Marinha do Brasil, 2007.
- GOLDRICK, James & HATTENDORF, John B., *Mahan is Not Enough: The Proceedings of a Conference on the Works of Sir Julian Corbett and Admiral Sir Herbert Richmond*, Newport, Naval War College Press, 1993.
- TILL, Geoffrey, *Seapower: A Guide for the Twenty-First century*, London, Frank Cass Publishers, 2004.
- US MARINE CORPS, US NAVY & US COAST GUARD, *A cooperative strategy for 21<sup>st</sup> century seapower*, s.l., s. ed., October 2007.
- WESTCOTT, Alan (Edição), *Mahan on naval warfare – Selections from the writings of Rear-Admiral Alfred Thayer Mahan*, Boston, Little, Brown & Company, 1918.
- BARNETT, Thomas, “Statement to Seapower and Expeditionary Forces Subcommittee, House Armed Services Committee”, United States Congress, 26 March 2009.
- CLEAVER, Liam J., “The pen behind the fleet: the influence of Sir Julian Stafford Corbett on British Naval Development, 1898-1918”, *Comparative Strategy – An International Journal*, Vol. 14, Issue 1, January 1995.
- HUNTINGTON, Samuel P., “National Policy and the Transoceanic Navy”, *United States Naval Institute Proceedings*, Vol. 80, May 1954, nº 5, p. 483-494.
- INTERNATIONAL CABLE PROTECTION COMMITTEE LTD, “Subsea Landslide is Likely cause of SE Asian Communications Failure”, ICPC Press Release – 21 March 2007.
- KAPLAN, Robert, “America's elegant decline”, *Atlantic*, November 2007.
- LEXINGTON INSTITUTE, *Maritime Security*, Arlington, Virginia (United States of America), January 2008.
- MOFFAT, Ian, “Corbett: a man before his time”, *Journal of Military and Strategic Studies*, Winter 2000 – Spring 2001, p. 10-35.
- MISKEL, James F., “Grand Strategies for Dealing with Other States in the New, New World Order”, *Naval War College Review*, Winter 2005, Vol. 58, Nº 1, p. 63-75.
- MONTEIRO, Nuno Sardinha, “Mahan, Corbett e o poder naval no séc. XXI”, *Academia de Marinha*, XI Simpósio de História Marítima, 26 de Novembro de 2009.
- MONTEIRO, Nuno Sardinha, “Poder naval no séc. XXI: a morte de Mahan e a vingança de Corbett”, *Anais do Clube Militar Naval*, Jul./Set. 2009 (Ano CXXXIX).
- TILL, Geoffrey, *Seapower in the 21<sup>st</sup> Century*, s. ed., s. l., s. d.
- TILL, Geoffrey, “Maritime Strategy in a Globalizing World”, *Orbis*, Fall 2007, p. 569-575.
- TILL, Geoffrey, “Britain, Portugal and Maritime Globalisation: Past, Present and Future”, *Cader-nos Navais*, Nº 24, Janeiro-Março 2008 – “Uma Visão Estratégica do Mar na Geopolítica do Atlântico”, p. 13 a 20.
- WATTS, R. B., “The end of seapower”, *Proceedings*, September 2009, p. 40-44.